

Melhora nos indicadores da presença feminina no mercado de trabalho não elimina desigualdades

A inserção ocupacional feminina, embora mantendo desigualdades e limitações – expressas na maior exposição ao desemprego, inserção em ocupações com menores possibilidades de carreira e com menor *status*, e, rendimentos médios inferiores aos dos homens – tem logrado avanços ao longo das últimas décadas. O desempenho do mercado de trabalho de Porto Alegre não deixa de evidenciar essas mudanças, como será detalhado neste Boletim.

Nos anos 2000, as mulheres ampliaram sua participação no mercado de trabalho da capital gaúcha. Por um lado, as mulheres conquistaram aumentar sua participação entre os ocupados. Mas, por outro, dado que o nível de desemprego é maior entre as mulheres, sua taxa de desemprego registrou menor declínio relativo frente à masculina. Ou seja, pode-se afirmar que o aumento na participação feminina no mercado de trabalho não se materializou unicamente em efetiva oportunidade de trabalho para as mulheres mas, especialmente, no fenômeno do desemprego.

Em termos setoriais, as mulheres aumentaram sua participação em quase todos os setores, com exceção dos serviços domésticos, que registrou inclusive queda absoluta no número de mulheres ocupadas. O setor de serviços continuou sendo o grande empregador na capital, notadamente para as mulheres.

Quanto a modalidade de inserção no mercado de trabalho, as mulheres registraram importante expansão entre os assalariados, contudo, esse indicador somente não pode ser avaliado como qualitativamente favorável pois esse aumento foi determinado, em grande medida, pelo aumento do assalariamento sem carteira.

A desigualdade dos rendimentos entre os gêneros reduziu-se, porém, tal declínio não foi suficiente para erradicar totalmente as diferenças salariais entre homens e mulheres.

Por fim, constatou-se um quadro de dupla discriminação para as mulheres negras, caracterizando um quadro de desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho, mesmo entre as mulheres. Nesse particular, observou-se que a discriminação de raça/cor chegou a superar à de gênero na capital.

Contudo, a abordagem dos anos 2000, como um todo, não revela toda riqueza de informações acerca do que ocorre com a presença feminina no mercado de trabalho em períodos de maior dificuldade econômica e em tempos de recuperação ou crescimento econômico. Analisar, pois, o que ocorreu com os indicadores supracitados entre 2000-04 e entre 2004-09, destacando as diferenças na inserção das mulheres no mercado de trabalho nesses períodos, lança luz sobre possibilidades de intervenções necessárias em termos de políticas públicas contextualizadas para a maior igualdade de gênero. Esse recorte temporal permeará o trabalho a seguir desenvolvido.

Aumenta a participação feminina no mercado de trabalho

1. A População em Idade ativa (PIA), ou seja, indivíduos com 10 anos ou mais, registraram crescimento de 11,9% entre 2000 e 2009. Na mesma linha, a População Economicamente Ativa (PEA) também apresentou uma expansão de 11,9% entre os anos considerados. Desse modo, a taxa de participação se manteve estável em 58,2%. Na análise de gênero, verificou-se que a taxa de participação das mulheres aumentou de 50,6% em 2000 para 51,6% em 2009. Já para os homens a taxa de participação diminuiu de 67,4% para 66,3%. (Tabela 1)

TABELA 1:
Evolução da População em Idade Ativa, da População Economicamente Ativa, dos ocupados, dos desempregados e da taxa de participação
Porto Alegre – 2000, 2004 e 2009

DISCRIMINAÇÃO	Estimativas (1.000 pessoas)								
	2000			2004			2009		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
População em Idade Ativa	1170	531	639	1210	559	651	1309	588	721
População Economicamente Ativa	681	358	323	692	364	328	762	390	372
Ocupados	576	309	267	581	313	268	688	359	329
Desempregados	105	49	56	111	51	61	74	31	43
Taxa de Participação (%)	58,2	67,4	50,6	57,2	65,2	50,3	58,2	66,3	51,6

DISCRIMINAÇÃO	Taxa de variação média anual (%)					
	2000 - 2004			2004 - 2009		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
População em Idade Ativa	0,8	1,3	0,5	1,6	1,0	2,1
População Economicamente Ativa	0,4	0,4	0,4	1,9	1,4	2,5
Ocupados	0,2	0,3	0,1	3,4	2,8	4,2
Desempregados	1,4	1,0	2,2	-7,8	-9,5	-6,8
Taxa de Participação (%)	-0,4	-0,8	-0,1	0,3	0,3	0,5

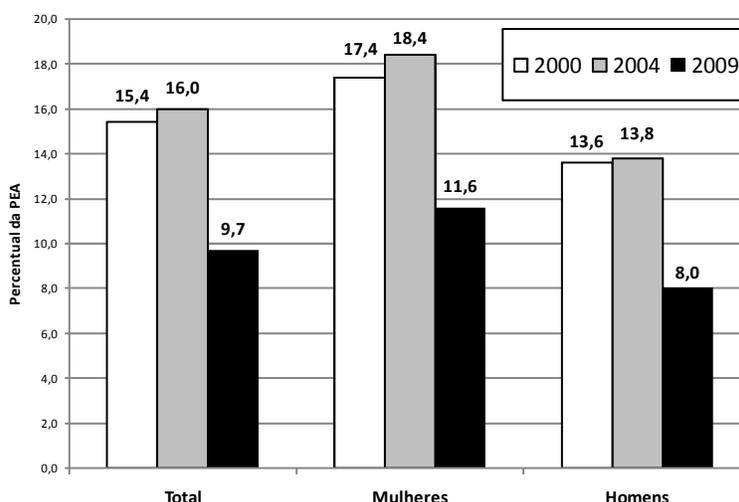
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e PMPA.

2. Por sua vez, a análise ao longo dos anos 2000 permite a identificação clara de dois períodos com dinâmicas muito próprias e distintas entre si. Entre 2000 e 2004, a PIA cresceu mais do que a PEA e a ocupação registrou tímida expansão, indicações claras das adversidades impressas por um desempenho econômico aquém do necessário para dinamizar o mercado de trabalho. Ainda sob esse contexto a taxa de desemprego aumentou e a taxa de participação caiu. De outro modo, no período seguinte, caracterizado pela recuperação econômica, todos aqueles indicadores revelaram comportamento oposto: a PEA cresceu mais que a PIA, determinando expansão da taxa de participação; a ocupação expandiu-se fortemente e o desemprego arrefeceu.
3. Em termos de gênero, interessante perceber que a taxa de participação feminina caiu menos que a masculina no primeiro período (2000-04) e cresceu mais que dos homens no segundo (2004-09). Ademais, sob um contexto adverso, a ocupação das mulheres cresceu menos do que a dos homens e o desemprego expandiu-se mais rapidamente que o dos homens. Já em um ambiente mais favorável, a ocupação feminina cresceu mais que a masculina, porém, o desemprego masculino registrou a maior redução.

Taxa de desemprego cai relativamente menos para as mulheres

4. A taxa de desemprego total reduziu-se nesses últimos 10 anos de 15,4% da PEA em 2000 para 9,7% em 2009 – Gráfico 1. A queda da taxa de desemprego deveu-se ao crescimento da ocupação ter sido maior que o número de pessoas a ingressar na PEA. Em termos de gênero, não obstante em pontos percentuais as duas taxas tenham declinado quase na mesma proporção, mantendo, portanto, a desigualdade de gênero, cabe observar que a taxa das mulheres teve uma redução relativa consideravelmente menor nos anos 2000.

GRÁFICO 1:
Evolução da taxa de desemprego, por sexo
Porto Alegre – 2000, 2004 e 2009



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e PMPA.

5. Analisando o comportamento da taxa de desemprego por períodos verifica-se que entre 2000-04 a taxa de desemprego total aumentou de 15,4% da PEA em 2000 para 16,0% em 2004. Nesse mesmo período, segundo gênero, a taxa de desemprego cresceu expressivamente mais para as mulheres – tanto em termos absolutos quanto relativos.
6. Já entre 2004-09 a taxa de desemprego apresentou forte queda, passando de 16,0% da PEA no primeiro ano para 9,7% no último. Em termos de gênero, a taxa de desemprego das mulheres apresentou maior queda absoluta, contudo, os homens registram a maior queda relativa.

Ocupação cresceu mais para as mulheres

7. O contingente de ocupados aumentou em 112 mil trabalhadores entre 2000 e 2009, totalizando 688 mil ocupados no último ano. O corte de gênero revela que a ocupação cresceu relativamente mais para as mulheres (62 mil novas ocupadas) frente aos homens (50 mil). Frente a estes números podemos identificar um pequeno crescimento da presença feminina na força de trabalho ocupada, uma vez que a parcela feminina entre os ocupados ampliou-se de 46,4% em 2000 para 47,8% em 2009. Registre-se que esse desempenho deveu-se basicamente ao crescimento da participação

feminina entre os ocupados evidenciada no período 2004-09, uma vez que entre 2000-09 tal indicador registrou inclusive uma pequena variação negativa – de 46,4% em 2000 para 46,1% em 2004.

Parcela de mulheres aumenta em quase todos os setores

8. A ampliação ocupação nos anos 2000 foi alavancada, em termos dos setores de atividade econômica, pelo aumento nos serviços e no comércio em 97 mil e 19 mil ocupados, respectivamente. A construção civil também evidenciou pequeno aumento na ocupação, ao passo que a indústria manteve o mesmo patamar de ocupação entre os anos considerados. Já os serviços domésticos registrou redução de 5 mil ocupados.
9. Segundo gênero, como para o total de ocupados, a maior parte das mulheres trabalhava no setor de serviços. Os setores de comércio, serviços domésticos e indústria alocaram, respectivamente, os maiores contingentes de mulheres ocupadas em 2009. Note-se que ao longo dos anos 2000 o número de mulheres ocupadas no comércio superou o contingente que trabalhava nos serviços domésticos, resultado da ampliação do número de mulheres no primeiro setor e da redução no segundo. Em termos dos dois distintos períodos ao longo dos anos 2000 merece referência o fraco crescimento ocupacional das mulheres nos serviços domésticos entre 2004-09. (Gráfico 2)
10. Em termos da presença feminina nos setores de atividades ao longo dos anos 2000, as mulheres lograram ampliar sua parcela entre os ocupados de quase todos os setores, com exceção dos serviços domésticos – onde as mulheres representaram quase a totalidade dos ocupados (Gráfico 3). Em relação aos distintos períodos, merece referência a marcada dinâmica da participação feminina na indústria, qual seja, de sensível retração entre 2000-04 e forte expansão entre 2004-09.

GRÁFICO 2:

**Evolução da estimativa das mulheres ocupadas por setor de atividade econômica e sexo
Porto Alegre – 2000, 2004 e 2009**

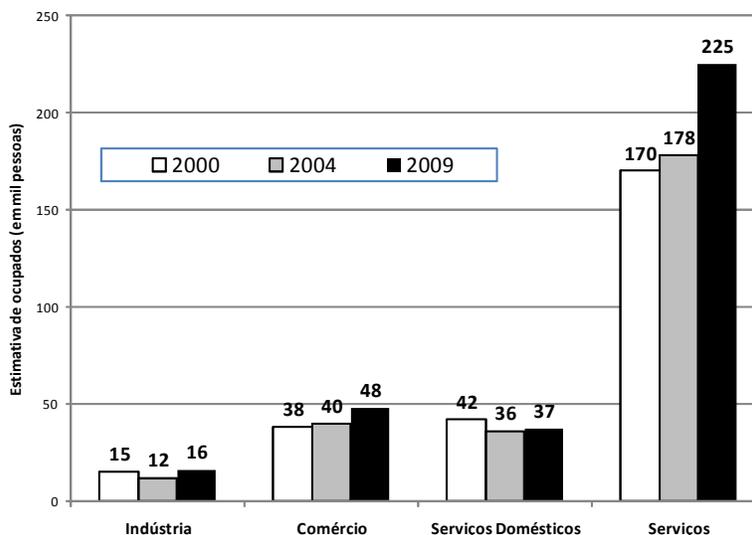
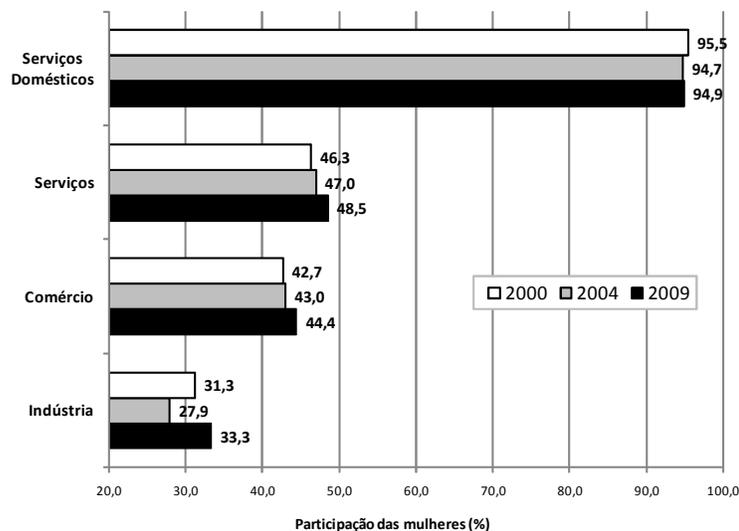


GRÁFICO 3:
Evolução da participação percentual das mulheres na ocupação total por setor de atividade econômica
Porto Alegre – 2000, 2004 e 2009



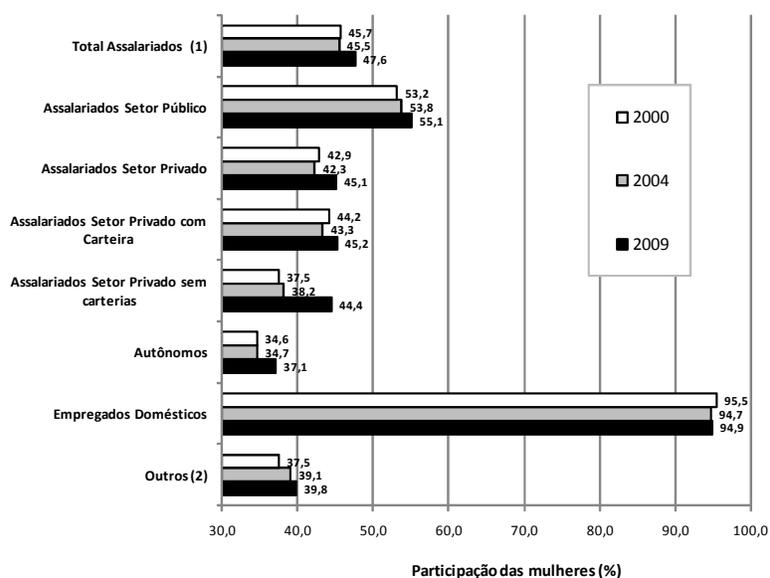
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e PMPA.

Forma de inserção da mulher ocupada: entre perdas e ganhos

11. Segundo a posição na ocupação, os anos 2000 caracterizaram-se pela expansão das formas de inserção mais regulamentadas *vis-a-vis* àquelas de maior vulnerabilidade – com menos proteção e direitos trabalhistas. Sob a perspectiva de gênero, as mulheres lograram ampliar sua participação no emprego assalariado total, principalmente no setor público, mas também no setor privado (Gráfico 4). Todavia, pesou no crescimento da parcela feminina no assalariamento privado a expansão daquelas sem carteira. Ademais, houve crescimento da representação feminina entre autônomos e demais posições e pequena decréscimo entre os empregados domésticos. Ressalte-se que, em 2009, as mulheres foram maioria somente entre os empregados domésticos e assalariados do setor público, posições ocupacionais que, reunidas, respondiam por somente 22,8% da ocupação total.

12. O período entre 2000-04 caracterizou-se pelo tímido início do movimento de crescimento das formas de inserção menos vulneráveis, tendência essa que foi aprofundada e confirmada no período seguinte (2004-09). Em termos de gênero, o primeiro período – sob o contexto de redução da parcela feminina entre os ocupados – encerrou com redução da participação das mulheres nas posições de assalariamento (e, entre essas, daqueles do setor privado com carteira) e de empregados domésticos. Já o segundo período, sob um contexto diferenciado do primeiro, registrou aumento na participação feminina em todas as posições ocupacionais, com destaque para os assalariados do setor privado sem carteira e dos autônomos.

GRÁFICO 4:
Evolução da participação percentual das mulheres na ocupação total por posição
Porto Alegre – 2000, 2004 e 2009



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e PMPA.

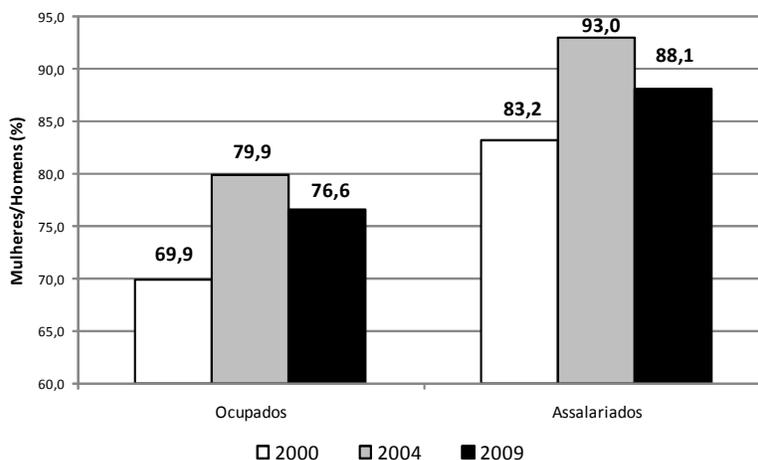
(1) Inclui os assalariados que não sabem a que setor pertence.

(2) Inclui empregador, profissional universitário autônomo, dono de negócio familiar e trabalhador familiar sem remuneração, etc.

Desigualdade de rendimentos diminui, mas continua presente

13. Tanto para os ocupados quanto para os assalariados, houve redução do rendimento médio real entre 2000 e 2009 de, respectivamente, 4,9% e 6,5%. Esse resultado foi determinado pelo desempenho fortemente negativo do rendimento do período 2000-04. No período seguinte (2004-09), houve aumento do rendimento; contudo, essa recuperação recente não foi capaz de compensar a perda ocorrida nos primeiros anos dessa década.
14. Em termos de gênero, o rendimento feminino logrou melhor desempenho frente ao masculino nos anos 2000. Isso levou a uma importante diminuição na desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres, tanto para o conjunto dos ocupados (6,7 pontos percentuais) quanto para o dos assalariados (4,9 pontos percentuais) – Gráfico 5. Interessante perceber que essa equalização dos rendimentos por gênero se processou, justamente, no período 2000-04, qual seja, quando os rendimentos, de uma maneira geral, apresentaram forte queda. No período seguinte, a diferença entre os rendimentos dos homens e das mulheres voltou a crescer.
15. Contudo, os homens continuaram auferindo rendimentos médios reais superiores aos das mulheres. Cabe sublinhar o fato dessa desigualdade de rendimentos entre os gêneros ter sido maior para os ocupados, quando comparados aos assalariados. Em 2009, para os ocupados, o rendimento médio real das mulheres foi de R\$ 1.329 e dos homens foi de R\$ 1.735 – o rendimento feminino correspondeu, portanto, a somente 76,6% do masculino. Nesse mesmo ano, para os assalariados, o salário feminino correspondeu a 88,1% dos homens.

GRÁFICO 5:
Evolução da proporção do rendimento médio real mensal das mulheres em relação ao dos homens, ocupados (1) e assalariados (2)
Porto Alegre – 2000, 2004 e 2009



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e PMPA.

(1) Exclusive os assalariados e empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício.

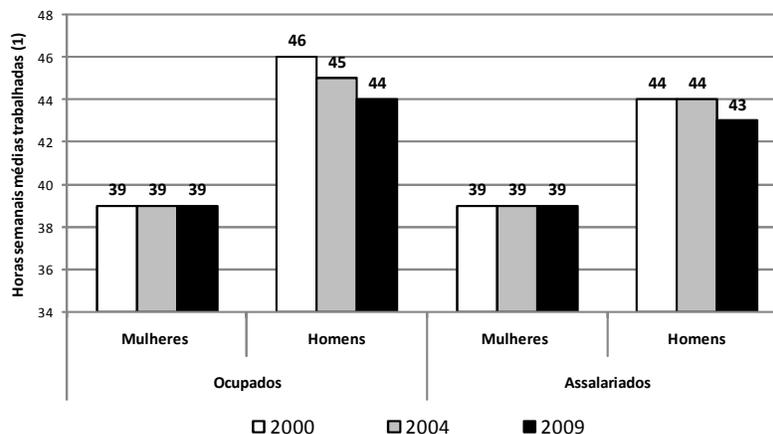
(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos que não tiveram remuneração no mês.

Inflator utilizado: IPC-IEPE. Valores em reais de nov./09.

Desigualdade de rendimentos mantém-se, mesmo quando consideradas distintas jornadas

16. A falta de equidade entre os rendimentos segundo gênero poderia ter sido explicada pelas diferentes jornadas de trabalho realizadas entre os homens e as mulheres (Gráfico 6). Contudo, a própria diminuição relativa da jornada masculina frente à estabilidade da feminina em 39 horas contribuiu apenas para aprofundar tal desigualdade.

GRÁFICO 6:
Evolução da jornada de trabalho semanal por gênero, ocupados e assalariados
Porto Alegre – 2000, 2004 e 2009



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e PMPA.

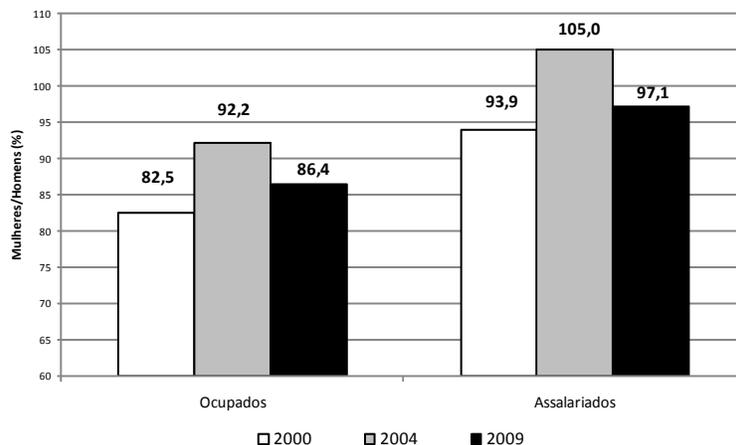
(1) Exclusive os que não trabalharam na semana.

17. Desse modo, quando considerado o rendimento real médio por hora trabalhada segundo sexo, manteve-se, em grande medida, a desigualdade nos rendimentos mensais como anteriormente identificada, embora em proporções um pouco menores (Gráfico 7).
18. Não obstante a manutenção da desigualdade, da mesma forma que o ocorrido com o rendimento médio real mensal, houve redução da diferença por gênero do rendimento por hora nos anos 2000. Como no caso do rendimento mensal, essa redução da desigualdade ocorreu pela forte equalização de rendimentos ocorrida entre 2000 e 2004, já que nos anos seguintes a desigualdade tornou a aumentar. Vale destacar que, em 2004, o salário por hora feminino chegou a superar o masculino em 5,0%.

GRÁFICO 7:

Evolução da proporção do rendimento médio real horário das mulheres em relação ao dos homens, ocupados (1) e assalariados (2)

Porto Alegre – 2000, 2004 e 2009



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e PMPA.

(1) Exclui os assalariados e empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclui os assalariados e os empregados domésticos que não tiveram remuneração no mês.

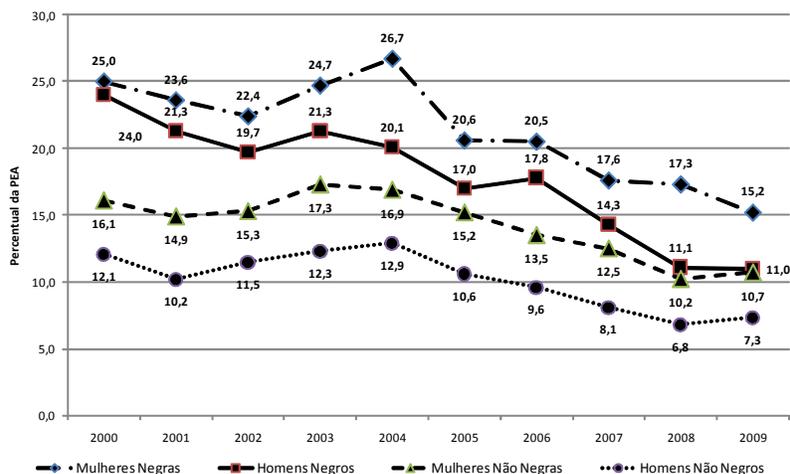
Inflator utilizado: IPC-IEPE. Valores em reais de nov./09.

Desigualdade entre as mulheres ou dupla discriminação

19. Ao se considerar, adicionalmente ao olhar de gênero, o recorte de raça/cor da inserção no mercado de trabalho, evidencia-se uma situação de desigualdade mesmo entre as mulheres, ou seja, de dupla discriminação: por serem mulheres e negras. Ver-se-á que a discriminação por raça superou a por gênero em dois importantes indicadores do mercado de trabalho: de acesso – taxa de desemprego – e de valorização salarial – remuneração.
20. As mulheres negras encontraram maior dificuldade para ingressar no mercado de trabalho, uma vez que apresentaram as maiores taxas de desemprego ao longo dos anos 2000 – Gráfico 8. Em 2009, a taxa de desemprego das mulheres negras foi de 15,2%, contra 11,0% dos homens negros, 10,7% das mulheres não negras e 7,3% dos homens não negros (7,3%). Ao longo dos anos 2000, observa-se que houve redução na desigualdade de acesso ao mercado de trabalho em termos de raça/cor, porém, ampliação dessa diferença em termos de gênero entre a população negra.

21. Mesmo quando as mulheres negras conseguiram vencer as barreiras que lhe foram impostas e conquistaram um posto de trabalho, o rendimento médio real por hora de trabalho auferido por elas foi muito inferior ao percebido nas demais populações – Gráfico 9. Em 2009, esse rendimento foi de R\$ 5,03 para as mulheres negras, de R\$ 5,63 para os homens negros, de R\$ 8,48 para as mulheres não negras e de R\$ 10,06 para os homens não negros. No período 2000-09 verifica-se que o rendimento apresenta alguma oscilação; nos anos iniciais, majoritariamente negativa e, nos anos finais, notadamente positiva. No computo geral dos anos 2000, o nível dos rendimentos – e, portanto, das desigualdades, mantiveram relativa estabilidade.

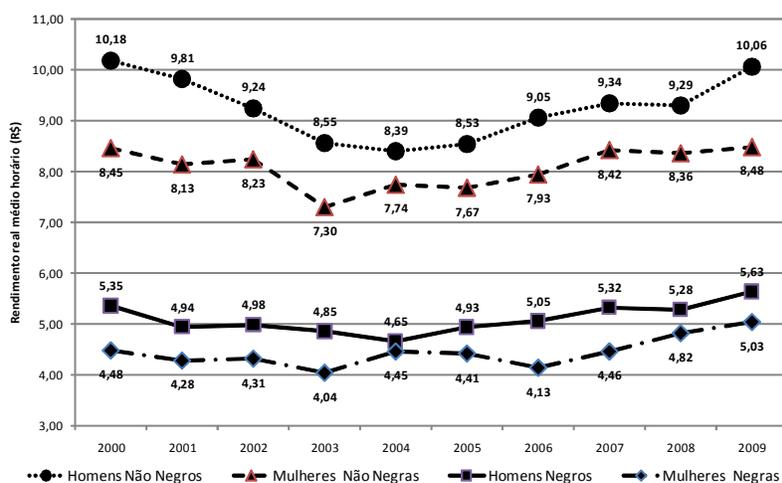
GRÁFICO 8:
Evolução da taxa de desemprego por sexo e cor
Porto Alegre – 2000-09



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e PMPA.

Nota: Negras e Negros: inclui os pretos e pardos; Não-Negras e Não-Negros: inclui os brancos e amarelos.

GRÁFICO 9:
Evolução do rendimento real médio horário (1) dos ocupados por sexo e cor
Porto Alegre – 2000-09



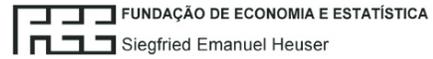
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e PMPA.

(1) Exclui os assalariados e empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício.

Inflator utilizado: IPC-IEPE. Valores em reais de nov./09.

Nota: Negras e Negros: inclui os pretos e pardos; Não-Negras e Não-Negros: inclui os brancos e amarelos.

Cooperação Técnica Regional



Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul

Apoio

